

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                                  |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                             | <b>2</b>  |
| Título: Petrobras diz que venda de ativos está intacta .....                                     | 2         |
| <b>Título: Empréstimo a distribuidora será pago em até 60 meses .....</b>                        | <b>3</b>  |
| Título: Demanda por petróleo tem queda histórica, diz a AIE .....                                | 6         |
| Título: Empresas de energia estimulam clientes e funcionários a doar .....                       | 7         |
| Título: Petrobras diz que venda de ativos está intacta .....                                     | 9         |
| Título: CCEE elege dois novos nomes para o conselho .....                                        | 11        |
| Título: Produção mineral tem queda de 18% no 1º tri .....                                        | 12        |
| <b>Título: Cadeia do etanol pressiona governo a elevar Cide sobre gasolina .....</b>             | <b>13</b> |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                       | <b>15</b> |
| Título: Depois de duas altas seguidas, Ibovespa tem queda de 1,36%.....                          | 15        |
| Título: Um micróbio e a luta dos gigantes .....                                                  | 16        |
| Título: Bancos preparam pacote de socorro de R\$ 50 bi a setores afetados pela crise .....       | 17        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                          | <b>19</b> |
| <b>Título: Gasolina na refinaria cai aos preços de 2005 .....</b>                                | <b>19</b> |
| Título: Governo costura socorro de R\$ 48 bi a empresas aéreas e de energia e a varejistas. .... | 21        |
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                                    | <b>24</b> |
| Título: Justiça libera corte de serviço essencial por calote .....                               | 24        |
| Título: Desculpe insistir neste tema .....                                                       | 25        |

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 16/04/2020****Seção: Empresas****Autor: Por André Ramalho, Letícia Fucuchima e Rodrigo Polito — Do Rio e de São Paulo****Título: Petrobras diz que venda de ativos está intacta**

O programa de desinvestimentos da Petrobras poderá sofrer alguns atrasos, mas se mantém “intacto”, mesmo diante da crise econômica desencadeada pela pandemia do novo coronavírus e frente ao choque de preços do petróleo no mercado internacional. O presidente da estatal, Roberto Castello Branco, disse ontem que tem a confiança de que os negócios em reta final - que foram assinados antes do colapso dos preços da commodity - serão honrados pelos compradores.

A estatal tem oito transações já assinadas, mas ainda pendentes de conclusão, que totalizam US\$ 2,75 bilhões, dos quais a companhia já recebeu US\$ 159,5 milhões como sinal. Dessas operações, sete envolvem ativos de exploração e produção (E&P), sensíveis aos preços do petróleo.

“Temos confiança, pelo que nos é dado pelos compradores, de que a liquidação financeira ocorrerá no momento que for marcado”, disse o executivo, durante evento on-line promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Ele explicou que algumas transações ainda têm que obedecer a “condições precedentes”. E citou o exemplo da venda da Liquigás, para a Copagaz e Nacional Gás, que ainda depende do aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). “Os compradores estão firmes, esperando”, disse.

Desde o colapso dos preços do petróleo, no início de março, a companhia avançou com alguns negócios: abriu oficialmente o processo de venda dos 10% remanescentes da empresa na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e iniciou a fase vinculante do desinvestimento dos polos Golfinho e Camarupim, na Bacia do Espírito Santo. Por outro lado, adiou prazos dos processos de alienação das refinarias e da Gaspetro.

Castello Branco comentou, ainda, sobre os efeitos da pandemia sobre o mercado doméstico de combustíveis. Ele citou que as vendas de gasolina vivem uma contração da ordem de 60% em relação ao momento pré-crise, enquanto a demanda por diesel está 40% menor e o tamanho do mercado de querosene de aviação (QAV) é, hoje, apenas 15% do que era antes da adoção das políticas de isolamento social.

O executivo destacou que, em meio à desvalorização do petróleo no mercado internacional, a companhia tem feito reduções significativas nos preços dos combustíveis no mercado interno. E cobrou que os ajustes da petroleira cheguem ao consumidor final.

“Espero que [os demais elos da cadeia, como distribuidores e revendedores] se comportem como bons capitalistas e não como inimigos do capitalismo que prosperam em cima da sociedade e minam a crença popular no funcionamento do livre mercado”, afirmou Castello Branco.

Diante da queda da demanda, a Petrobras começou, nas últimas semanas, a hibernar 62 plataformas que operam em campos de águas rasas das bacias de Campos, Sergipe, Potiguar e Ceará. Com custos mais elevados, esses ativos, que estão à venda pela companhia, não são competitivos frente ao cenário de preços atual. Ontem, o barril do tipo Brent fechou cotado a US\$ 27,7. A parada dessas unidades corresponde a um corte de produção de 23 mil barris diários.

Castello Branco destacou, ainda, que a empresa tem um “papel social” e que o corte de produção adotado pela companhia não acarretará em demissões. “Isso não está sobre a mesa”, afirmou.

Segundo a estatal, os empregados das plataformas desativadas serão realocados para outras unidades e têm a opção, caso haja interesse, de aderirem ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV) criado pela empresa para empregados que trabalham em ativos à venda.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) se opõe à medida. A entidade sindical informou que cerca de 360 trabalhadores próprios serão transferidos para refinarias espalhadas por todo o país e estima que a redução da produção de petróleo e das atividades no refino pode impactar diretamente 2,6 funcionários próprios e 7 mil terceirizados - categoria mais vulnerável a eventuais demissões.

A FUP defende que, ao invés de parar um número elevado de plataformas, afetando milhares de trabalhadores, a companhia deveria cortar o volume de produção desejado concentrando-se em poucas - três ou quatro - plataformas de grande porte.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 16/04/2020

**Seção:** Brasil

**Autor:** Daniel Rittner — De Brasília

**Título:** Empréstimo a distribuidora será pago em até 60 meses

O empréstimo bancário coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para socorrer distribuidoras de energia deverá ser pago pelos consumidores em 54 a 60 meses nas contas de luz e terá mecanismos para evitar que clientes empresariais escapem do adicional tarifário simplesmente migrando para o mercado livre.

O secretário de Energia Elétrica, Rodrigo Limp, diz que o **Ministério de Minas e Energia (MME)** estuda um “cardápio de ações” para reduzir o valor total da operação e não vai ignorar o “horizonte de médio-longo prazo do setor para resolver um problema de curto prazo”. Ele enfatiza que a situação é “complemente diferente” da de 2014 e 2015, quando a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff tomou R\$ 21 bilhões junto a instituições financeiras para resgatar as distribuidoras.

Segundo fontes ligadas à equipe econômica, o valor do novo empréstimo deve girar em torno de R\$ 17 bilhões e levar mais algumas semanas para chegar ao caixa das empresas, devido à complexidade da operação. Ela envolve um “sindicato” de bancos comerciais.

Interlocutores do ministro Paulo Guedes trabalham com um cenário de 20% de queda do consumo e 20% de inadimplência no pagamento das faturas, o que reduziria a receita das distribuidoras - média de R\$ 22 bilhões por mês em tempos normais - em cerca de 40% durante pelo menos 90 dias. Nos próximos três meses, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os atrasos no pagamento de boletos não podem incorrer em corte de fornecimento.

Limp não confirma valores, evita falar em números e garante que o MME está empenhado em encontrar outras alternativas para diminuir a conta do empréstimo. Tudo dependerá do que exatamente vai ser coberto pela operação. “Não há uma única bala de prata”, disse o secretário ao **Valor**.

Ele explica que as tarifas de 2020 já estavam pressionadas por outros dois fatores sem relação com a pandemia de coronavírus no país. Um é o aumento de R\$ 4 bilhões nas despesas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - o fundo setorial para bancar subsídios - que são rateadas pelos consumidores do sistema interligado. Outro é um acréscimo de R\$ 3 bilhões, a partir de julho, na remuneração das transmissoras por causa de novos “linhões” de energia que foram licitados nos últimos anos e agora estão entrando em funcionamento.

Para complicar, existe ainda um terceiro elemento de pressão: a desvalorização cambial, que afeta diretamente o valor da energia proveniente da usina binacional de Itaipu, cotada em dólar. Uma distribuidora com atuação no

Centro-Sul, segundo Limp, tinha toda a sua cobertura tarifária da eletricidade de Itaipu com base em R\$ 3,94 por dólar - ontem a cotação era de R\$ 5,24.

Se tudo isso ou apenas parte será contemplado no empréstimo - além do problema imediato de fluxo de caixa das distribuidoras - é o que vai definir o tamanho da operação, explica o secretário. Para ele, na atual conjuntura de crise e perda de renda por causa dos efeitos econômicos da pandemia, a lógica de diferir essas pressões faz sentido.

Outras ações, como eventual redução dos contratos de compra e venda entre geradoras e distribuidoras, estão sendo analisadas pelo ministério a fim de atenuar a necessidade de recursos por empréstimo bancário. Outra possibilidade é a utilização de R\$ 2,5 bilhões acumulados em um fundo de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que é alimentado por uma taxa sobre a receita das concessionárias do setor elétrico.

“O setor é reconhecido pelos investidores como atrativo, saudável, bem regulado. Não podemos ignorar o horizonte de médio-longo prazo para resolver apenas o problema de curto prazo”, afirma Limp, que coordena o comitê setorial do MME para lidar com os efeitos da pandemia.

O secretário lembra as operações feitas em 2014 e em 2015 para ressaltar que agora é uma situação diferente. Primeiro, afirma, porque as taxas de juros são outras. Na época, o CDI era de aproximadamente 11%. Agora, está inferior a 4% ao ano. Isso deixa bem menos pesado, para os consumidores, o custo diluído do empréstimo. Segundo, naquela época os reservatórios estavam esvaziados e as distribuidoras precisaram do auxílio para comprar energia cara (mais de R\$ 800 por megawatt-hora) das usinas térmicas. Hoje, o preço do MWh encontra-se no piso do mercado “spot” (R\$ 39,68).

“Em 2014, o governo precisava custear uma energia mais cara. Havia tirado o sinal econômico do preço, era para pagar térmica de R\$ 600, R\$ 800 [por MWh]. Segurou a tarifa com o empréstimo e não dava uma sinalização para se reduzir o consumo”, compara Limp, que era consultor legislativo da Câmara dos Deputados e exercia o cargo de diretor da Aneel até assumir o novo cargo, em março.

Segundo ele, um mecanismo evitará que grandes clientes das distribuidoras - indústrias, hipermercados, shopping centers - migrem para o mercado de livre de energia para escapar do encargo de reembolso do empréstimo ao longo dos próximos quatro ou cinco anos. Esse comportamento foi verificado depois dos empréstimos feitos no governo Dilma. O mercado regulado ficou menor e quem continuou teve que pagar mais. “É uma lição que aprendemos do passado.”

Apesar dos avanços na operação, a diretoria da Aneel faz algumas ressalvas. Uma ala da agência não se opõe ao empréstimo, mas acredita que outras alternativas de financiamento merecem ser exploradas com ênfase. Uma possibilidade levantada pelo órgão regulador é securitizar os recursos das taxas de P&D e de eficiência energética nos próximos cinco anos, tendo como recebíveis as contribuições financeiras das concessionárias. As divergências foram expostas, na terça-feira, durante manifestação do diretor Efrain Pereira da Cruz em reunião do colegiado.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 16/04/2020

**Seção:** Internacional

**Autor:** Noah Browning — Reuters, de Londres

**Título:** Demanda por petróleo tem queda histórica, diz a AIE

A Agência Internacional de Energia (AIE) disse ontem que prevê uma forte redução na demanda de petróleo neste mês, de 29 milhões de barris por dia, para níveis não vistos em 25 anos. Também alertou que nenhum corte na oferta por parte dos produtores será capaz de compensar completamente a retração que o mercado enfrenta no curto prazo.

A queda na demanda estimada em abril pela AIE é equivalente a quase 29% do consumo global de 2019, de 100 milhões de b/d.

O relatório renovou a pressão de queda dos preços da commodity. O petróleo Brent, que é a referência internacional, caiu 6,45% e fechou a US\$ 27,69 por barril.

A AIE prevê uma queda na demanda em 2020 de 9,3 milhões de b/d, como resultado de uma contração de 4,8% no crescimento econômico global. A agência elogiou o esforço coordenado dos países produtores para cortar o excesso de produção, cujo acordo foi anunciado no fim de semana. Mas observou que “não existe um acordo praticável que possa reduzir a oferta o suficiente para compensar a perda de demanda no curto prazo”.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e países aliados, como a Rússia, acertaram no domingo um corte recorde na produção a partir de maio, de 9,7 milhões barris por dia, ou quase 10% da oferta mundial, para ajudar a sustentar os preços e conter o excesso de oferta.

Mas antes disso, abril pode se mostrar o pior mês na história, já que a produção continua alta enquanto a demanda cai rápido em meio as medidas de confinamento em todo o mundo, disse o diretor executivo da AIE, Fatih Birol.

“É bem possível que no futuro, quando olharmos para 2020, percebamos que este foi o pior ano... Abril, o pior mês - pode entrar para a história como ‘Abril Negro’”, disse Birol.

Ele observou que os produtores de petróleo “perderam dois meses muito importantes” no primeiro trimestre, quando não conseguiram chegar a um acordo para reduzir a oferta. Em vez disso, Arábia Saudita e Rússia iniciaram uma guerra de preços, buscando recuperar participação no mercado.

Agora, além dos cortes na oferta, espera-se que alguns países aumentem suas compras para compor reservas estratégicas. A AIE disse que “ainda está à espera de mais detalhes sobre alguns cortes de produção planejados e sobre propostas para usar o armazenamento estratégico”. E observou que EUA, Índia, China e Coreia do Sul já se ofereceram para fazer tais compras ou estudam fazê-las.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/04/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rodrigo Polito e Letícia Fucuchima — Do Rio e São Paulo**

**Título: Empresas de energia estimulam clientes e funcionários a doar**

Empresas de energia buscam engajar a sociedade e seus funcionários no combate ao novo coronavírus, ao mesmo em que contribuem com recursos próprios para conter os impactos da covid-19. A Cemig, por exemplo, lançou esta semana uma campanha para estimular seus clientes a se cadastrarem no site da empresa, em uma ação que pode resultar na doação, pela elétrica, de R\$ 40 milhões para compra de respiradores para hospitais públicos de Minas Gerais.

De início, a Cemig já garante a doação de R\$ 5 milhões. E, para cada cadastro digital, a empresa aumentará em R\$ 5 o valor do desembolso. Considerando um total de 8,7 milhões de clientes, o montante de aportes pela companhia pode superar os R\$ 40 milhões. Na medida do possível, as doações buscarão beneficiar hospitais das regiões onde estiverem situados os clientes que se cadastraram.

“É um apelo para que os clientes participem da campanha, sem pagar nada. Queremos mobilizar o cliente neste momento de reflexão”, afirma o diretor de comunicação e sustentabilidade da Cemig, Marco Antônio Lage.

Ao se cadastrar no site, o cliente tem a opção de solicitar a fatura de energia por e-mail. Mas, caso queira, ele pode continuar recebendo a conta de luz em papel. No site, a Cemig também vai ensinar clientes a fazerem a leitura dos medidores, para eles terem mais informações sobre o consumo e, assim, adotarem medidas de economia de energia. A ação é importante em um momento em que o consumo residencial tende a disparar, devido ao confinamento das pessoas em suas casas.

A EDP Brasil, por sua vez, quer estimular suas equipes a apoiar ações de combate à crise. A companhia lançou no início do mês edital para a seleção de projetos para a “EDP Solidária - Covid 19”, fundo que destinará recursos a projetos de entidades não governamentais, associações, startups, consultorias, entre outros, que proponham soluções socioeconômicas para problemas gerados pela pandemia.

O grupo aportou R\$ 1,5 milhão no fundo e espera levantar mais R\$ 1 milhão a partir da contribuição voluntária de seus funcionários. Num primeiro momento, 75 gestores (entre gerentes executivos, diretores e vice-presidentes) foram convidados a doar cotas de R\$ 5 mil, R\$ 10 mil e R\$ 15 mil. Numa segunda etapa, a campanha será estendida para os demais funcionários, que poderão doar valores de R\$ 100, R\$ 250 e R\$ 500.

Segundo Fernanda Pires, diretora de pessoas, digital e sociedade da EDP no Brasil, mais de 600 projetos em todo o país se cadastraram no edital. O fundo vai priorizar os projetos a partir do maior retorno socioeconômico possível. “Estamos muito sensíveis à questão da comunidade indígena, comunidades carentes de maneira geral e idosos”, disse a executiva. Com a ação, a EDP acumula R\$ 10 milhões em doações para o combate da pandemia.

Em ação semelhante, a transmissora ISA CTEEP lançou uma plataforma digital para que seus colaboradores possam contribuir com doações voltadas ao enfrentamento da crise sanitária. A expectativa é que a arrecadação alcance R\$ 500 mil, valor que deve ser destinado a iniciativas humanitárias no Estado de São Paulo, onde o grupo tem forte atuação.

Na mesma linha, o grupo Energisa lançou uma campanha de voluntariado com financiamento coletivo para auxiliar instituições de atendimento aos idosos. Para cada R\$ 1,00 doado pelos colaboradores, a empresa doará mais R\$ 1,00, no limite máximo de R\$ 500 mil.

Em uma iniciativa maior, o grupo investiu R\$ 5 milhões na criação do movimento “Energia do Bem”, que tem por objetivo mobilizar parcerias e desenvolver ações articuladas com o poder público nos 11 Estados onde atua. A rede, que já reúne 13 parceiros, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), viabilizará doações e manutenções de ventiladores pulmonares e obras elétricas em unidades públicas de saúde.

A Energisa e a ISA CTEEP também fazem parte de ação coordenada pelo Instituto Acende Brasil para arrecadar recursos para o fundo emergencial da Fiocruz, em apoio à produção de kits de testes de diagnósticos para a covid-19. Também apoiam a iniciativa a Enel, Engie, Light, Neoenergia e Brookfield, em um montante total de R\$ 13 milhões.

Ao mesmo tempo em que apoiam medidas de combate ao novo coronavírus, as elétricas negociam com o governo a viabilização de uma linha de crédito especial para injetar recursos no caixa das distribuidoras e assegurar o fluxo de pagamentos do setor.

Já a gestora de energia Comerc anunciou doação de cerca de R\$ 1 milhão para iniciativas de saúde pública. Deste total, R\$ 300 mil serão destinados ao projeto do Senai que promove a reparação de respiradores. Outros R\$ 450 mil serão dedicados à construção de três leitos de UTI no Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch - M’Boi Mirim, em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein.

Além do suporte financeiro, colaboradores da Comerc doarão cestas básicas para associações em situação de emergência em sete cidades: São Paulo, São José dos Campos, Campinas, Ribeirão Preto, Bento Gonçalves, Florianópolis e Manaus. A expectativa é de que cerca de 250 cestas básicas sejam doadas até o fim de abril.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/04/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor: André Ramalho, Letícia Fucuchima e Rodrigo Polito — Do Rio e de São Paulo**

**Título: Petrobras diz que venda de ativos está intacta**

O programa de desinvestimentos da Petrobras poderá sofrer alguns atrasos, mas se mantém “intacto”, mesmo diante da crise econômica desencadeada pela pandemia do novo coronavírus e frente ao choque de preços do petróleo no mercado internacional. O presidente da estatal, Roberto Castello Branco, disse ontem que tem a confiança de que os negócios em reta final - que foram

assinados antes do colapso dos preços da commodity - serão honrados pelos compradores.

A estatal tem oito transações já assinadas, mas ainda pendentes de conclusão, que totalizam US\$ 2,75 bilhões, dos quais a companhia já recebeu US\$ 159,5 milhões como sinal. Dessas operações, sete envolvem ativos de exploração e produção (E&P), sensíveis aos preços do petróleo.

“Temos confiança, pelo que nos é dado pelos compradores, de que a liquidação financeira ocorrerá no momento que for marcado”, disse o executivo, durante evento on-line promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Ele explicou que algumas transações ainda têm que obedecer a “condições precedentes”. E citou o exemplo da venda da Liquigás, para a Copagaz e Nacional Gás, que ainda depende do aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). “Os compradores estão firmes, esperando”, disse.

Desde o colapso dos preços do petróleo, no início de março, a companhia avançou com alguns negócios: abriu oficialmente o processo de venda dos 10% remanescentes da empresa na Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e iniciou a fase vinculante do desinvestimento dos polos Golfinho e Camarupim, na Bacia do Espírito Santo. Por outro lado, adiou prazos dos processos de alienação das refinarias e da Gaspetro.

Castello Branco comentou, ainda, sobre os efeitos da pandemia sobre o mercado doméstico de combustíveis. Ele citou que as vendas de gasolina vivem uma contração da ordem de 60% em relação ao momento pré-crise, enquanto a demanda por diesel está 40% menor e o tamanho do mercado de querosene de aviação (QAV) é, hoje, apenas 15% do que era antes da adoção das políticas de isolamento social.

O executivo destacou que, em meio à desvalorização do petróleo no mercado internacional, a companhia tem feito reduções significativas nos preços dos combustíveis no mercado interno. E cobrou que os ajustes da petroleira cheguem ao consumidor final.

“Espero que [os demais elos da cadeia, como distribuidores e revendedores] se comportem como bons capitalistas e não como inimigos do capitalismo que prosperam em cima da sociedade e minam a crença popular no funcionamento do livre mercado”, afirmou Castello Branco.

Diante da queda da demanda, a Petrobras começou, nas últimas semanas, a hibernar 62 plataformas que operam em campos de águas rasas das bacias de Campos, Sergipe, Potiguar e Ceará. Com custos mais elevados, esses ativos, que estão à venda pela companhia, não são competitivos frente ao cenário de

preços atual. Ontem, o barril do tipo Brent fechou cotado a US\$ 27,7. A parada dessas unidades corresponde a um corte de produção de 23 mil barris diários.

Castello Branco destacou, ainda, que a empresa tem um “papel social” e que o corte de produção adotado pela companhia não acarretará em demissões. “Isso não está sobre a mesa”, afirmou.

Segundo a estatal, os empregados das plataformas desativadas serão realocados para outras unidades e têm a opção, caso haja interesse, de aderirem ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV) criado pela empresa para empregados que trabalham em ativos à venda.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) se opõe à medida. A entidade sindical informou que cerca de 360 trabalhadores próprios serão transferidos para refinarias espalhadas por todo o país e estima que a redução da produção de petróleo e das atividades no refino pode impactar diretamente 2,6 funcionários próprios e 7 mil terceirizados - categoria mais vulnerável a eventuais demissões.

A FUP defende que, ao invés de parar um número elevado de plataformas, afetando milhares de trabalhadores, a companhia deveria cortar o volume de produção desejado concentrando-se em poucas - três ou quatro - plataformas de grande porte.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/04/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo**

**Título: CCEE elege dois novos nomes para o conselho**

Em assembleia realizada ontem, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) elegeu dois novos membros para seu conselho de administração. Para a cadeira de indicação do setor de distribuição foi eleito Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Já na vaga de direito de comercializadores e grandes consumidores, entrou Marcelo Loureiro, diretor na Associação Brasileira dos investidores em Autoprodução de Energia (Abiape).

Delgado e Loureiro assumem as cadeiras de Solange David e Ary Pinto Ribeiro. De saída da CCEE, Ary e Solange foram eleitos em 2014, após o desligamento de Paulo Born e Luciano Freire, que deixaram os cargos na ocasião em meio à escolha do governo, na época, de utilizar a CCEE para gerir um empréstimo de

socorro às distribuidoras, durante a crise energética daquele ano. Em 2016, ambos foram reeleitos.

Ainda na assembleia de ontem, foi aprovada a recondução de Talita Porto para a cadeira destinada aos geradores de energia. Além de ser reconduzida ao cargo, a executiva foi eleita vice-presidente do conselho da CCEE, que conta ainda com Rui Altieri (presidente) e Roseane Santos.

A votação de ontem cumpriu as expectativas de agentes do setor e foi realizada na sede da CCEE, em São Paulo. Devido às recomendações de isolamento social para contenção da pandemia da covid-19, a CCEE orientou que seus associados enviassem o menor número possível de procuradores para registro dos votos e acompanhassem a assembleia pela transmissão na internet.

Agora, a CCEE se vê, novamente, diante da missão de gerir um novo empréstimo às distribuidoras. Na semana passada, o governo autorizou, via medida provisória, a estruturação de operações financeiras para fazer frente às dificuldades de caixa das distribuidoras diante da crise atual. A expectativa é que esse possível empréstimo, que vem sendo chamado de “Conta Covid”, siga mais ou menos os moldes da “Conta ACR”.

Gerenciada pela CCEE, a “Conta ACR” envolveu uma série de operações financeiras, realizadas entre 2014 e 2015 e que somaram R\$ 21,2 bilhões (a valores da época), para cobrir a exposição involuntária de distribuidoras no mercado de curto prazo por causa da piora do cenário hidrológico.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/04/2020**

**Seção: Empresas**

**Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo**

**Título: Produção mineral tem queda de 18% no 1º tri**

A produção mineral no Brasil no primeiro trimestre chegou a 220,44 milhões de toneladas, redução de 17,67% no comparativo com o mesmo período do ano passado, quando se produziu 265,45 milhões de toneladas. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

De janeiro a março, o faturamento das mineradoras atingiu R\$ 36 bilhões. Esses valores, segundo o Ibiam, não incluem as receitas apuradas pelas empresas de óleo e gás. O presidente executivo da entidade, Wilson Nélcio Brumer, disse que a queda na produção no período foi em razão das fortes chuvas em Minas Gerais em janeiro e fevereiro.

“Hoje, qualquer projeção que viermos a fazer temos que levar em conta a pandemia. Nesse período a produção não foi tão afetada pelo novo coronavírus. Foi afetada sim pelas chuvas. Já em abril, a continuar a situação atual, de uma maneira realista acreditamos numa queda de produção”, disse Brumer.

Dentre os Estados, o Pará é o que mais se destacou no primeiro trimestre, com 44,7% de participação no faturamento, chegando a R\$ 16,11 bilhões. Minas Gerais segue em segundo com 35,7% de participação, com receita de R\$ 12,8 bilhões.

De acordo com os dados do Ibram, as exportações no primeiro trimestre alcançaram 147 milhões de toneladas, o que representou queda de 17,7% em relação ao mesmo período de 2019. Em valores, as vendas externas foram de US\$ 6,98 bilhões, estabilidade no comparativo com o primeiro trimestre de 2019. O minério de ferro continua sendo o maior produto da pauta da exportação mineral, atingindo 70,27 milhões de toneladas e US\$ 4,61 bilhões. O minério de ferro representou 66% do faturamento no primeiro trimestre.

As exportações minerais, segundo Brumer, também devem apresentar uma redução nos próximos trimestres em razão da pandemia do novo coronavírus. “Hoje, a China é responsável por mais de 50% da produção mundial de aço e com toda certeza terá demanda interna. Entretanto, a China é também uma grande exportadora de produtos siderúrgicos e se tiver uma queda forte em outros mercados, o recuo nas siderurgias acontecerá e também terá efeito sobre produção e exportação de minério de ferro”, afirmou.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 16/04/2020**

**Seção: Agronegócios**

**Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo**

**Título: Cadeia do etanol pressiona governo a elevar Cide sobre gasolina**

Organizações ligadas aos produtores de etanol e aos trabalhadores do segmento detalharam ao governo federal propostas de apoio às usinas que já vinham sendo discutidas com alguns ministérios, entre elas o aumento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) que incide sobre a gasolina A, vendida nas refinarias, dos atuais R\$ 0,10 por litro, para R\$ 0,50 por litro.

As demandas também incluem a suspensão temporária de PIS e Cofins sobre o etanol hidratado e a criação de uma linha de financiamento para estocar etanol, e foram apresentadas em carta aos Ministérios da Agricultura e de **Minas e Energia**. Entre os signatários estão a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar

(Unica), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana) e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado São Paulo (Fequimfar).

Das propostas, a que mais deve impactar os preços de combustíveis é a alteração da Cide, já que a suspensão de PIS/Cofins não deve ser integralmente absorvida na margem pelos produtores, mais pulverizados, de acordo com as entidades.

O novo valor proposto para a Cide foi calculado para que o preço do etanol hidratado deixe de representar prejuízo aos produtores e suba para os menores níveis registrados na temporada passada (2019/20). Na semana passada, as usinas de São Paulo que venderam hidratado receberam, em média, R\$ 1,399 o litro, de acordo com indicador Cepea/Esalq.

O impacto da alta da Cide sobre os preços finais dos combustíveis depende do momento em que a alteração for realizada, já que a redução dos valores da gasolina A (sem a mistura de etanol anidro) feita pela Petrobras até ontem ainda não havia sido integralmente repassada ao consumidor de gasolina C (com anidro misturado).

Desde o início de março, enquanto o litro da gasolina caiu R\$ 0,70 nas refinarias, nos postos o recuo foi de R\$ 0,38. De acordo com as entidades, se toda a redução da gasolina A chegar nas bombas, o preço da gasolina nos postos recuaria, no total, R\$ 0,93 o litro.

Assim, um aumento da Cide apenas atenuaria essa redução, levando o preço da gasolina nos postos para R\$ 3,97 o litro - ainda abaixo do valor atual, de R\$ 4,149 o litro, conforme último levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Dessa forma, o aumento da Cide proposto levaria o preço do etanol hidratado a R\$ 2,70 o litro nas bombas, caso a correlação entre os dois combustíveis seguisse em 68%. Esse valor ainda seria menor que a média nacional da semana passada, de R\$ 2,864 o litro, mas evitaria que a queda fosse maior, para R\$ 2,35 o litro.

Para as usinas, a alteração garantiria um preço de etanol hidratado R\$ 1,66 o litro, acima dos valores atuais e equivalente ao menor quartil de preços da safra passada.

Nos cálculos da consultoria FG/A, a alta potencial do etanol hidratado ante o aumento da Cide pode ser ainda menor, de R\$ 0,27 por litro, em São Paulo.

Outra medida demanda pelo setor que pode ter efeito sobre preços é a concessão de financiamento para estocar etanol, o que seguraria a oferta disponível no mercado. As entidades pedem uma linha de R\$ 9 bilhões para armazenar ao menos 6 bilhões de litros, quase 25% do que o mercado estima que o Centro-Sul produzirá nesta safra.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 16/04/2020**

**Seção: Economia**

**Autor: IANDER PORCELLA, LUÍS EDUARDO LEAL E REUTERS**

**Título: Depois de duas altas seguidas, Ibovespa tem queda de 1,36%**

Recoo nas ações de Petrobrás e bancos, associado a dados negativos nos EUA, pressionou mercado

O Ibovespa, principal índice da Bolsa paulista (B3), fechou em queda ontem com Petrobrás e bancos entre as maiores pressões de baixa, acompanhando o viés negativo em Wall Street após novos dados dos Estados Unidos reforçarem preocupações sobre os efeitos econômicos da pandemia de covid-19. Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa caiu 1,36%, a 78.831,46 pontos. A queda vem após duas altas seguidas, que ajudaram o Ibovespa a acumular alta de 9,45% em abril até a terça-feira. No exterior, os índices acionários foram derrubados por balanços americanos, especialmente os de bancos, aquém das expectativas, por dados sobre as vendas do varejo e a produção industrial dos EUA ainda piores do que se temia e por novo alerta da Agência Internacional de Energia (AIE) sobre a demanda global pelo petróleo, que pressionou em especial os preços do Brent, referência global.

“O rompimento do presidente Donald Trump com a OMS (Organização Mundial de Saúde) também foi um fator de estresse”, diz Marcio Gomes, analista da Necton, referindo-se também à dificuldade de o Ibovespa se manter acima da linha tecnicamente relevante dos 80 mil pontos. No Brasil, outro fator que acrescentou tensão adicional no mercado é a virtual saída do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, antecipada, ontem, pelo pedido de demissão do secretário de Vigilância e Saúde, Wanderson de Oliveira. “Embora muito disso já esteja no preço, quando vier a confirmação pode haver algum ruído”, observa Gomes, da Necton, tendo em vista que a relação entre o governo e o Congresso anda estressada, como visto nas alterações efetivadas pela Câmara ao programa de socorro a Estados e municípios. O mercado também acompanha de perto a votação do orçamento de guerra (ler mais na pág. B6) no Senado. Já o dólar fechou em alta pelo terceiro pregão consecutivo ontem, seguindo o movimento visto no exterior, onde a demanda por segurança fortaleceu a moeda americana

de maneira generalizada após dados bastante negativos nos Estados Unidos. A moeda fechou em queda de 0,99% a R\$ 5,24%.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 16/04/2020

**Seção:** Colunas

**Autor:** Celso Ming

**Título:** Um micróbio e a luta dos gigantes

Esses tempos de coronavírus lembram aquela velha história infantil que fala de uma luta feroz entre dois gigantes. Um depois do outro recorria a truques que o tornava mais terrível do que o adversário. Já se tinham virado monstros impressionantes, quando um deles usou seus poderes para se transformar em micróbio, invisível aos olhos do outro. Foi assim, como o mais insignificante dos seres, que obteve vitória no combate.

Analistas internacionais sugerem que o atual equilíbrio entre grandes potências sofrerá transformações como consequência da ação do flagelo. Na sua edição desta quarta-feira, o Financial Times, de Londres, sugere que o alastramento do coronavírus e a maneira como os grandes países estão lidando com a crise estão ameaçando a atual supremacia dos Estados Unidos. A China, onde tudo começou, tem tudo para sair do desastre em situação melhor do que a dos concorrentes diretos.

O relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o impacto da crise na economia mundial, divulgado nesta terça-feira, não poderia ter sido mais lúgubre. Seu diagnóstico é o de que este é o maior episódio de contração da renda e da atividade econômica global desde a Grande Depressão, dos anos 1930. Para os economistas do FMI, normalmente tão cautelosos, neste ano, a economia mundial ficará 3,0% mais pobre e os Estados Unidos encolherão 5,9%, mas a China crescerá 1,2% em 2020 e 9,2% em 2021.

Enquanto isso, o Brasil perderá 5,3% de renda em 2020. Nenhum analista em atuação no País previu tal desabamento por aqui. Os cem consultores do Boletim Focus, do Banco Central, haviam sugerido na semana passada queda do PIB, em 2020, de 1,96%. Poderá não ser isso tudo e a recuperação pode ser mais rápida do que apenas os 2,70% em 2021 previstos no Focus. Mas também pode ser pior, infelizmente. Nada é tão ruim que não possa piorar, diz provérbio universal.

E se acontecer o contrário? Parece improvável. O contra-ataque à pandemia vem sendo realizado no Brasil com impressionante desorganização, que extrapola a falta de liderança e o racha na principal política pública conduzida

pelo governo. Até mesmo as estatísticas envolvem incertezas, pela falta de testes que assegurem o número correto de letalidade.

Na área da economia, é prematura no País qualquer avaliação sobre aumento do rombo das contas públicas, desemprego, quebra de empresas, inadimplência. O que se pode dizer é que os setores de serviços e a indústria serão as principais vítimas. Apesar das perdas em alguns segmentos (cana-de-açúcar e produção de flores), será a agricultura o setor que melhor se sairá desse tsunami, porque continuará tendo amplo mercado consumidor para seus produtos, tanto aqui como no exterior, e ainda pode se beneficiar com a desvalorização do real, que aumentará o faturamento com exportações.

Até mesmo o início da recuperação terá de ser administrado. Será um erro enorme se o retorno do isolamento ocorrer antes que a pandemia dê sinais claros de reversão. Não há conhecimento suficiente do vírus para ignorar a possibilidade de seu retorno em ondas, como aconteceu no passado em outras pestilências, e com tantas derrotas de gigantes.

#### » Nova baixa do petróleo

Foi ilusório o propalado sucesso da reunião da Opep, que garantiu corte de quase 10 milhões de barris diários de petróleo. A queda do consumo global deve girar em torno dos 20 milhões de barris diários. Os mercados estão superestocados. O efeito é nova rodada de queda de preços. Nesta quarta-feira, a cotação do tipo Brent resvalou para abaixo dos US\$ 28 por barril. O ajuste pelo preço deverá retirar do mercado os produtores com custo de produção mais alto, processo que não tem prazo para acabar.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 16/04/2020

**Seção:** Economia

**Autor:** Aline Bronzati Fernanda Guimarães

**Título:** Bancos preparam pacote de socorro de R\$ 50 bi a setores afetados pela crise

Empresas de energia, aéreas e a cadeia automotiva receberão ajuda por meio de um consórcio de instituições financeiras, capitaneadas pelo BNDES; grupos de trabalho foram criados, negociações se intensificaram nesta semana e parte do varejo deve ser contemplada

Os bancos estão preparando um pacote, inicialmente de cerca de R\$ 50 bilhões, para ajudar os setores mais atingidos pela crise provocada pelo novo coronavírus no País, apurou o Estadão/Broadcast. O valor final ainda será refinado e vai socorrer as empresas de energia, aéreas e a cadeia automotiva

por meio de um consórcio de instituições financeiras, capitaneadas pelo BNDES. Outros setores poderão, ainda, ser acoplados ao pacote de ajuda. É o caso do varejo, excluindo supermercados e farmácias, que seguem com as lojas abertas durante o período de pandemia, por serem serviços considerados essenciais. Para cada segmento, foi criado um grupo de trabalho entre bancos e representantes das empresas e as reuniões se intensificaram nesta semana.

“Uma solução para todos não serve porque cada setor tem a sua dificuldade, sua característica. Os R\$ 40 bilhões para as empresas de médio e pequeno porte resolveram, mas para outros setores talvez não sejam suficientes”, disse o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari, durante live, do Estadão, na tarde de ontem. O caso mais adiantado é o socorro às elétricas. Estimado entre R\$ 15 bilhões e R\$ 18 bilhões, o pacote deve repetir o empréstimo feito em 2015 e sua estruturação está sendo chefiada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O sindicato de bancos já está quase definido e compreende pesos pesados como BNDES, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander. Dois ou três instituições de menor porte também devem aderir. Dentre esses, o Estadão/Broadcast apurou os nomes de Safra, Citi ou Votorantim, atual BV.

“O valor está em R\$ 16,9 bilhões, mas ainda será refinado entre os bancos”, diz um executivo próximo às conversas. Setores. Para os demais setores, é o BNDES quem está à frente das tratativas com os bancos e a indústria automotiva deverá ser a primeira a ser contemplada com a ajuda, que tende a ficar em cerca de R\$ 20 bilhões, conforme três fontes. O foco aqui não é tanto as grandes empresas, mas, principalmente a cadeia associada, que emprega um número elevado de pessoas. Uma reunião entre bancos e empresas do setor automotivo ocorreu na manhã de ontem, segundo fonte, para acertar os detalhes. Trata-se de uma linha de crédito que deve ter como garantia os ativos existentes no Brasil, informou o presidente do Santander, Sergio Rial. No setor aéreo, ainda, de acordo com fontes, há problemas na negociação.

A ideia inicial era que ocorresse por meio de bônus de subscrição. Cada empresa do setor – Latam, Azul e Gol – receberia injeção de R\$ 3 bilhões do BNDES. No entanto, ainda não há consenso entre o banco de fomento e as aéreas do teto de participação que o banco poderá ter nas companhias. Com a entrada dos bancos privados no pacote, a expectativa é de que as negociações comecem a caminhar. De acordo com o presidente do Santander, apesar desse impasse, é preciso que uma solução saia rapidamente para o setor aéreo que, assim como o automotivo, está “queimando caixa diariamente”. “As três empresas de aviação no Brasil estão queimando de R\$ 70 milhões a R\$ 100 milhões todos os dias. É muita coisa. A necessidade de velocidade é muito importante”, destacou Rial. Outro setor muito afetado, varejo não alimentício, ao menos até aqui, é o menos avançado. O grupo de trabalho ainda não se

reuniu, mas a solução de ajuda pode ser, assim como nas aéreas, uma combinação de “dívida com ações”, uma vez que as empresas têm ações listadas na Bolsa de Valores.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 16/04/2020

**Seção:** Mercado

**Autor:** Nicola Pamplona

**Título:** Gasolina na refinaria cai aos preços de 2005

Na terça (14), Petrobras anunciou nova redução, de 8%; no ano, redução chega a 48%, mas na bomba queda é bem menor

Os preços da gasolina e do diesel nas refinarias da Petrobras chegaram nesta quarta (15) ao menor valor desde ao menos 2005, segundo dados compilados pelo CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura) e corrigidos pela inflação do período.

Na terça (14), a estatal anunciou cortes de 8% no preço da gasolina e 6% no preço do diesel, acompanhando o recuo das cotações internacionais do petróleo em meio ao novo coronavírus. No primeiro caso, é o décimo corte do ano. No segundo, o nono.

Desde o início de janeiro, a gasolina já caiu 48% nas refinarias da Petrobras, chegando a R\$ 0,99 por litro. O diesel tem queda acumulada de 35% e é vendido, em média, a R\$ 1,52 por litro. No início de 2005, os produtos eram vendidos pela estatal, em valores corrigidos, a R\$ 1,92 e R\$ 2,14 por litro, respectivamente.

O movimento reflete o excedente global de petróleo e combustíveis, fruto da redução da demanda e de divergência entre os exportadores sobre cortes na produção, que levou a cotação do Brent, referência internacional de preços, ao menor valor em 18 anos na terceira semana de março.

Com possibilidade de acordo entre Arábia Saudita e Rússia, os dois maiores exportadores, as cotações se recuperaram nas últimas semanas. Nesta quarta (15), porém, voltaram a cair: negociado em Londres, o barril do Brent fechou o pregão a US\$ 28,07.

Antes do ciclo de queda atual, o momento anterior de gasolina mais barata nas refinarias da Petrobras ocorreu em julho de 2017, quando o litro do combustível foi vendido a R\$ 1,38, em valores corrigidos pela inflação. No caso do diesel, o menor preço foi verificado em agosto de 2017: R\$ 1,69.

Naquele ano, os preços do petróleo eram negociados na casa dos US\$ 50 por barril, valor que levou a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) a promover cortes de produção.

No ano seguinte, com a disparada das cotações internacionais, os preços nas refinarias tiveram alta histórica, cenário que levou à greve dos caminhoneiros. Em maio daquele ano, o diesel chegou a sair das refinarias da estatal a R\$ 2,55 por litro. A gasolina atingiu o pico de R\$ 2,38 em setembro.

Ao contrário de outros ciclos de queda no passado, o atual não chegará a beneficiar muitos consumidores, já que grande parte da população vive em estados ou municípios com restrições à movimentação. “É um momento inédito, de preços baixos e consumo baixo”, diz Adriano Pires, diretor do CBIE.

No Brasil, as primeiras semanas de isolamento derrubaram as vendas de gasolina em 60%, segundo estimativas da Petrobras. Para evitar gargalos na infraestrutura de armazenagem, a estatal reduziu a produção em suas refinarias.

O repasse ao consumidor dos cortes nos preços da gasolina e do diesel acelerou nas últimas semanas. Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço da gasolina e do diesel nas bombas caiu cerca de 8% em um mês.

Considerando valores corrigidos pela inflação, o preço médio da gasolina nos postos brasileiros (R\$ 4,15 por litro) é o menor desde agosto de 2017. Já o diesel (R\$ 3,34) está no menor patamar desde julho do mesmo ano.

O cenário levou usinas de cana-de-açúcar a pedir socorro ao governo para enfrentar a concorrência com a gasolina. Entre as medidas em estudo, estão a isenção de PIS/Cofins sobre o etanol hidratado e a concessão de crédito para estoque do produto enquanto o consumo não volta.

O setor quer também elevação da alíquota da Cide sobre a gasolina, hoje em R\$ 0,10 por litro. A medida já vinha sendo estudada pelo MME (Ministério de Minas e Energia) antes do início da pandemia, como alternativa para reduzir o repasse de volatilidades internacionais ao consumidor.

A ideia é cobrar um tributo maior quando a gasolina está barata e reduzir a alíquota em momentos de picos de preços. Para especialistas, se a medida fosse tomada, o momento seria o ideal. Defensor da proposta, Pires argumenta que o consumo atual não é tão atrelado aos preços, já que só está na rua quem precisa trabalhar.

“Além disso, geraria recursos para estados, municípios e para a própria União enfrentar a crise”, diz. Ele propõe que o imposto seja elevado na mesma proporção dos cortes promovidos nas refinarias.

A proposta, porém, enfrenta resistência de distribuidoras, pelo potencial de gerar mais perdas nas vendas de gasolina, do Ministério da Economia e da própria Petrobras, que veem no uso da Cide um instrumento artificial para regular o mercado.

O próprio presidente Jair Bolsonaro chegou a negar a possibilidade de aumento do tributo no início de março, após as primeiras declarações favoráveis do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, à proposta.

A queda da gasolina nos postos reduz ainda mais a arrecadação dos estados, que já sofrem também efeitos do sumiço dos consumidores. O ICMS sobre os combustíveis, que é parcela relevante da receita estadual, é calculado sobre um preço de referência reajustado a cada 15 dias com base no preço de bomba.

Para a segunda quinzena de abril, ainda que em ritmo lento, 21 estados reduziram o preço de referência.

O MME não respondeu ao pedido de entrevista.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 16/04/2020

**Seção:** Mercado

**Autor:** . Fábio Pupo, Julio Wiziack, Nicola Pamplona, Bruna Narcizo e Isabela Bolzani/ BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO E SÃO

**Título:** Governo costura socorro de R\$ 48 bi a empresas aéreas e de energia e a varejistas

Ideia é que BNDES e bancos privados comprem títulos dessas companhias e fiquem com ações em caso de calote

O governo costura com bancos privados, fundos de investimento e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) um plano de socorro de ao menos R\$ 48 bilhões a grandes empresas atingidas pela crise do coronavírus. Devem ser contempladas companhias aéreas, empresas de energia e grandes varejistas.

Pelo plano em discussão, serão oferecidos a empresas que têm ações negociadas na Bolsa instrumentos de dívidas conversíveis em ações.

Ou seja, os bancos poderiam ficar com uma fatia da companhia caso ela não tenha condições de pagar o empréstimo ao fim do prazo acordado.

As negociações para o pacote foram antecipadas pelo jornal Valor Econômico.

Somente na cadeia de energia (geradoras, transmissoras e distribuidoras), o montante necessário já é de R\$ 40 bilhões, segundo representantes de cada segmento.

Quando as primeiras conversas com o BNDES começaram, há cerca de três semanas, essa necessidade era de R\$ 17 bilhões.

O valor mais do que dobrou não somente com a queda no consumo, principalmente de indústrias, mas também com o aumento da inadimplência.

Já quatro companhias aéreas (Gol, Latam, Azul e Passaredo) negociam algo em torno de R\$ 8 bilhões. Estimativas de bancos apontam que essas empresas podem estar queimando até R\$ 100 milhões em caixa por dia.

O presidente da Azul Linhas Aéreas, John Rodgerson, cobrou do governo brasileiro a concessão de benefícios a exemplo daqueles concedidos pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

“Não podemos ter desvantagem mundialmente só porque estamos no Brasil”, disse ele durante conversa com investidores pela internet.

As empresas esperam que, com a entrada dos bancos privados nesse jogo — Bradesco, Itaú Unibanco e Santander —, seja possível destravar os empréstimos. Isso porque o BNDES insiste em uma política que penaliza as companhias, na visão delas.

No setor aéreo, por exemplo, os financiamentos seriam válidos por cinco anos, com juros de 6% ao ano, e um ano de carência. A taxa básica de juros está em 3,75% ao ano.

Se as empresas não conseguirem quitar a dívida até o término do contrato, o valor remanescente será convertido em ações e transferidas ao BNDES em pagamento.

O problema maior, no entanto, é o cálculo do valor das ações. O banco quer que o preço seja o atual.

Desde que a crise começou, há cerca de um mês, as ações das empresas brasileiras que são listadas em Bolsa (Gol e Azul) sofreram acentuada desvalorização. Os papéis das aéreas perderam praticamente 75% de seu valor.

Por isso, as empresas querem que seja usado o valor de antes da crise ou outro método de avaliação. É isso o que emperra as operações.

Nas conversas com bancos, elas afirmam que, nos EUA, onde operação similar foi realizada, o governo poderá ficar com 3% das empresas.

Aqui, esse patamar poderia ser superior a 30%, o que consideram injusto porque o valor de mercado reflete a atual paralisação do setor.

O presidente do Santander, Sérgio Rial, defende que não sejam criados mecanismos artificiais de precificação.

“Qualquer tentativa de construir um artificialismo de preços futuros pode gerar dúvidas sobre como eles foram estabelecidos. O preço que existe é o de ontem, e é esse que tem que ser usado”, disse em transmissão ao vivo organizada pelo banco.

Ele ressaltou que nem todos poderão ser salvos pelos bancos e pelo poder público. “Não temos condições de ajudar todos os setores que estão precisando”, afirmou.

Já no caso das montadoras de veículos, que não têm ações negociadas na Bolsa brasileira e que são vistas como importantes para a economia por gerar empregos, o instrumento a ser usado é uma dívida comum que usaria os ativos locais como garantia.

Nas discussões, representantes do governo e dos bancos privados têm buscado uma solução combinada, que dividiria riscos entre o poder público e os bancos privados, a exemplo do programa de R\$ 40 bilhões em financiamento para médias empresas pagarem salários (lançado há cerca de três semanas).

Naquele programa, o poder público ficou com 85% do risco (ao aportar R\$ 34 bilhões em recursos), e os bancos privados, com 15% (ao bancarem apenas R\$ 6 bilhões).

Para grandes empresas, as condições não devem ser tão vantajosas. O spread (a margem do banco) das operações deve ser menor que o cobrado em condições normais de mercado, mas não chegará a zero, como foi oferecido às pequenas e médias empresas.

As discussões não preveem um modelo fechado. Empresas com maior capacidade de endividamento poderão optar por um volume maior de empréstimo.

Para outras, o instrumento preponderante será mesmo títulos de dívidas lastreados em ações, como as debêntures conversíveis.

Não está descartado o uso de dinheiro do Tesouro nas operações, mas parte da equipe econômica faz ressalvas.

O entendimento é que, devido à restrição fiscal do país, é preciso voltar as atenções a setores primordiais para preservar emprego e socorrer somente quem foi atingido pela crise do coronavírus.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que o governo vai separar na avaliação das medidas o que é um problema causado pela crise atual do que já vinha sendo experimentado em cada setor.

Embora tenha iniciado em 2016 uma estratégia de reduzir sua carteira de ações (de R\$ m bilhões ao fim de 2019), o BNDES não terá restrições para adquirir novas participações em empresas.

O processo de enxugamento do BNDESPar, braço de participações do banco, será reiniciado após o coronavírus.

Os idealizadores da proposta defendem que, caso o modelo seja bem elaborado e a economia retomar após o fim da pandemia, as ações adquiridas agora podem se tornar investimentos rentáveis, tanto para os investidores privados quanto para o Tesouro, que recebe dividendos do BNDES

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 16/04/2020**

**Seção: Economia**

**Autor: MARIANA BARBOSA SÃO PAULO**

**Título: Justiça libera corte de serviço essencial por calote**

*Publicado em: 16/04/2020*

Desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF-3) derruba a liminar da Justiça de São Paulo que proibia a interrupção do fornecimento de água, luz e telefone para clientes em dívida com concessionárias, durante a pandemia de coronavírus

O Tribunal Regional Federal da Terceira Região (TRF-3) suspendeu os efeitos de uma decisão provisória (liminar) concedida na semana passada, pela Justiça Federal de São Paulo, que proibia as concessionárias de serviços essenciais de

interromper a prestação de serviço no caso de inadimplência durante a pandemia do coronavírus.

Para o desembargador Mairan Gonçalves Maia Junior, a liminar, como foi concedida, era um “estímulo à inadimplência”.

A decisão do presidente do TRF-3 foi dada em face a um pedido de suspensão feito pela Algar Telecom.

Na semana passada, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idecon) entrou com uma ação civil pública para que as agências reguladoras — Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Aresp), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) — obrigassem as concessionárias de água, gás, energia elétrica e telefonia a não interromper o fornecimento de serviços essenciais para consumidores residenciais inadimplentes ao longo do período de emergência de saúde relativa à Covid-19.

#### ESTÍMULO À INADIMPLÊNCIA

Na decisão, o desembargador do TRF-3 diz que determinar a manutenção da prestação dos serviços pelas concessionárias pode impactar no recolhimento de tributos à União e criar um “verdadeiro estímulo à inadimplência”.

Para o desembargador, a decisão liminar, agora suspensa, também obrigava as concessionárias a manter serviços mesmo para clientes que já estavam inadimplentes antes do início da pandemia do coronavírus: — Com efeito, a pandemia não pode ser utilizada como justificativa genérica para o inadimplemento de obrigações jurídicas em larga escala, sob pena de gerar incontrolável descontrole das atividades econômicas.

Para Luiz Fernando Guerrero, sócio do escritório Lobo & de Rizzo para a área de contencioso, embora a decisão do TRF-3 se baseie em um recurso movido pela Algar Telecom, ela não se limita ao setor de telefonia, mas engloba todos os serviços públicos essenciais da ação original do Idecon.

A Claro também obteve decisão suspendendo a liminar obtida pelo Idecon.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 16/04/2020

**Seção:** Colunas

**Autor:** Ancelmo Gois

**Título:** Desculpe insistir neste tema

Alô, Roberto da Cunha Castello Branco!

Em tempos de petróleo a preço de banana, por que a Petrobras já reduziu o preço da gasolina em 48%, o do diesel em 35% e o do GLP, que o povão usa, em só 21%?

O petróleo é nosso

Por causa da Covid-19, há uma articulação para adiar a questão, no STF, dos royalties do petróleo, que alguns estados querem tirar do Rio. Inicialmente, está marcado para o dia 29.

**MME / ASCOM .**